



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 11 DE JULHO DE 2019

09:30 Horas

ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:

A)

Proposta de Lei n.º 147/XIII/2.^a (GOV) - Aprova o Estatuto do Ministério Público (CONCLUSÃO);

B)

Proposta de Lei n.º 167/XIII/4.^a (GOV) - Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

C)

Proposta de Lei n.º 168/XIII/4.^a (GOV) - Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária;

D)

Proposta de Lei n.º 193/XIII/4.^a (GOV) - Altera o regime do mandado de detenção europeu;

E)

Proposta de Lei n.º 192/XIII/4.^a (GOV) - Executa o Regulamento (UE) n.º 2017/1939, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia;

2. Ratificação das votações indiciárias alcançadas no Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica;

3. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) das seguintes iniciativas legislativas:

A)

Proposta de Lei n.º 200/XIII/4.^a (GOV) - Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses;

B)

Proposta de Lei n.º 202/XIII/4.^a (GOV) - Altera o regime aplicável ao processo de inventário;

Projeto de Lei n.º 1235/XIII/4.^a (PCP) - Altera o regime jurídico do processo de inventário reforçando os poderes gerais de controlo do juiz;

Projeto de Lei n.º 1234/XIII/4.^a (PCP) - Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca;

C)

Proposta de Lei n.º 205/XIII/4.^a (GOV) - Aprova o regime jurídico do acesso ao direito e aos tribunais;

Projeto de Lei n.º 1233/XIII/4.^a (PCP) - Garante o acesso ao direito e aos tribunais;

Projeto de Lei n.º 1232/XIII/4.^a (BE) - Determina a alteração do Regime Jurídico das Custas Judiciais de forma a garantir um acesso mais alargado aos tribunais pelos trabalhadores, pelos trabalhadores precários e pela generalidade dos cidadãos (14.^a alteração ao Regulamento das Custas Processuais);

Projeto de Lei n.º 408/XIII/2.^a (PAN) - Garante o acesso ao Direito e aos Tribunais tornando a atribuição do benefício de isenção de custas judiciais mais abrangente;

Projeto de Lei n.º 409/XIII/2.^a (PAN) - Garante o acesso ao Direito e aos Tribunais introduzindo alterações ao Regulamento das Custas Processuais;

Projeto de Lei n.º 399/XIII/2.^a (PCP) - Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais;

Projeto de Resolução n.º 666/XIII/2.^a (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a revisão do regime de acesso ao direito e aos tribunais e o regulamento das custas processuais;

Projeto de Resolução n.º 660/XIII/2.^a (PS) - Recomenda ao Governo o estudo, avaliação e concretização de novas medidas que melhorem as condições de acesso

ao Direito e à Justiça;

Projeto de Resolução n.º 659/XIII/2.^a (PSD) - Recomenda ao Governo a avaliação e a revisão do Regulamento das Custas Processuais;

Projeto de Resolução n.º 624/XIII/2.^a (BE) - Recomenda ao Governo a redução das custas judiciais;

D)

Projeto de Lei n.º 474/XIII/2.^a (PAN) - Assegura a liberdade individual de cada pessoa para contrair casamento, eliminando o prazo internupcial previsto pelo artigo 1605.º do CC;

Projeto de Lei n.º 472/XIII/2.^a (PS) - Revê o regime jurídico de impedimentos impedientes consagrado no Código Civil, revendo os prazos aplicáveis à celebração de casamentos;

Projeto de Lei n.º 436/XIII/2.^a (BE) - Altera o Código Civil, eliminando a discriminação entre homens e mulheres em matéria de prazo internupcial;

4. Outros assuntos.